

# Chiarelli defende investigação sobre Sarney

Raimundo Paccó



Ex-presidente se diz vítima

As 40 perguntas formuladas pela CPI que investigou denúncias de irregularidades no governo Sarney e até hoje não respondidas pelo ex-presidente ainda estão atravessadas nas gargantas de alguns parlamentares. O ex-ministro e ex-senador Carlos Chiarelli, relator da comissão, defende que o Congresso Nacional desarquive o relatório e aprofunde as investigações. Suas declarações, veiculadas no último final de semana, tiveram eco em discursos de deputados cobrando explicações e também um pronunciamento de defesa e ataque do senador José Sarney. O ex-presidente se diz vítima dos interesses eleitorais, por ocupar lugar de destaque nas pesquisas de opinião pública entre os possíveis presidenciáveis.

Instalada em 27 de janeiro de 1988, a CPI do Governo Sarney coletou centenas de documentos e dezenas de depoimentos e decidiu por denunciar o ex-presidente José Sar-

ney e também seus ministros José Reinaldo Tavares, dos Transportes; João Batista de Abreu, da Secretaria do Planejamento; Maílson da Nóbrega, da Fazenda; e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; além do consultor-geral da República na época, Saulo Ramos, por crimes de responsabilidade. Entre eles, o de autorizar, em exposições de motivos, a alocação de recursos para os quais não havia saldo orçamentário; abertura de créditos adicionais e alteração da legislação orçamentária; e reajustes de preços em contratos administrativos, com efeitos financeiros retroativos, em desacordo com as normas legais. Além de liberação de recursos públicos, a fundo perdido, mediante interesses pessoais.

As denúncias envolviam ainda o ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, atual deputado envolvido nas denúncias de corrupção do Orçamento, por recebimento de

comissão pela liberação de verbas do Governo e por participar do extravio dos assentamentos funcionais da Seplan. O relatório da CPI sugeria o encaminhamento das conclusões ao Ministério Público para investigar o envolvimento dos ministros e também de prefeitos de 12 municípios paulistas, funcionários públicos federais e municipais e empresários.

O relatório foi arquivado pelo então presidente interino da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, sem que as acusações fossem apreciadas pelos parlamentares. Um mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por um grupo de senadores junto ao Supremo Tribunal Federal, não obteve resposta favorável no sentido de anular a decisão de Inocêncio. "A investigação não pode ficar sepultada por meros mecanismos formais", diz Chiarelli. (G.F.)